

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Contexto operacional

A Associação das Pioneiras Sociais - APS (“Entidade” ou “Associação”), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Lei nº 8.246/91 e instituída pelo Decreto nº 371/91, é administradora da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação, constituída pelas Unidades Hospitalares localizadas em Brasília, Salvador, Belo Horizonte, São Luís, Fortaleza, Rio de Janeiro, Macapá e Belém, e pelo Centro de Tecnologia da Rede Sarah - CTRS, localizado em Salvador. O endereço registrado da Associação é Setor Médico Hospitalar Sul, Quadra 101 Bloco B, nº 45 Edifício Pioneiras Sociais, Asa Sul, Brasília/DF.

O objetivo da Entidade é prestar assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população, e desenvolver atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde. O Contrato de Gestão assinado em 27 de dezembro de 1991 entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, e a Associação das Pioneiras Sociais - APS, com interveniência dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão teve como propósito contribuir ou reforçar o atingimento de objetivos de políticas públicas, com vistas a alcançar uma superior qualidade de serviço prestado ao cidadão. O Contrato de Gestão é um instrumento de implementação, supervisão e avaliação de políticas públicas, de forma centralizada, racionalizada e autônoma, na medida em que vincula recursos aos resultados alcançados com a execução do contrato.

Os recursos para a consecução dos objetivos da Associação são repassados pela União através de dotação aprovada anualmente, conforme está previsto no Contrato de Gestão firmado entre as partes. Em 18 de dezembro de 2015, foi assinado o Contrato de Gestão, com a vigência do contrato pelo prazo de cinco anos, a contar de 1º de janeiro de 2016, podendo ser renovado após avaliação das demonstrações que comprovem a consecução dos objetivos e das metas estabelecidos.

A Entidade é imune à tributação sobre patrimônio, renda e serviços, em decorrência de sua personalidade jurídica ser de direito privado sem fins lucrativos, de interesse social e de utilidade pública nas áreas de saúde e educação.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o ITG 2002 (R1), os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi deliberada pela Diretoria da Entidade, em 14 de março de 2018, e a sua aprovação será realizada pelo Conselho de Administração no dia em 17 de abril de 2018.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado e amortizações sobre ativos intangíveis (para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 3.g), provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota Explicativa nº 13) e premissas atuariais para benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 17). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou da sua liquidação.

3 Principais práticas contábeis adotadas

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 4) e as aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 5).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas neste grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

c. Créditos orçamentários a receber

Referem-se aos valores a receber da União, por meio de dotação orçamentária anual. Eventuais créditos orçamentários cancelados são revertidos contra o resultado, no momento da ocorrência e da divulgação governamental.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio das datas de cada transação. As variações da taxa de câmbio dos itens financeiros são reconhecidas no resultado, de acordo com a competência.

e. Estoques

São avaliados com base no custo histórico que não é superior aos preços de mercado, e são utilizados, integralmente, no processo de produção de aparelhos hospitalares (aparelhos locomotores e ortopédicos, medicamentos utilizados nos tratamentos, entre outros) ou na prestação dos serviços da Entidade. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderável móvel. O custo dos produtos em elaboração e dos produtos acabados compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção.

f. Demais ativos circulantes

Demonstrados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g. Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou de construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear, em função do tempo de vida útil estimado dos bens. Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Apresentam-se, a seguir, os prazos das vidas úteis estimadas das principais classes do ativo imobilizado para o exercício corrente:

Edificações de uso hospitalar e geral	60 a 68 anos
Edificações do CTRS e dos Galpões	40 a 48 anos
Equipamentos de informática - Impressoras	4 anos
Equipamentos de informática - Servidores, <i>switches</i> e roteadores	7 anos
Demais equipamentos de informática	5 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos

A Entidade realiza, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica do valor residual dos seus bens, com base em avaliações técnicas de engenheiros e profissionais especialistas nas áreas. Não houve alteração na estimativa da vida útil dos bens em 2017.

h. Intangível

Compreende licenças de programas de computador (softwares), que são capitalizadas pelo custo de aquisição e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que é de cinco anos; e marcas, direitos e patentes com a vida útil estimada em quinze anos; ambos reconhecidos diretamente no resultado.

i. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, reestruturação do valor devido à Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Os ativos imobilizados e intangíveis não apresentaram nos exercícios de 2017 e 2016 nenhum indicador de desvalorização e, por isso não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade.

j. Passivos circulantes e não circulantes

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

No caso das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, são embasados na estimativa de valor e na probabilidade de perda, de acordo com as informações fornecidas pelos consultores jurídicos da Entidade.

k. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita corresponde à dotação aprovada anualmente no Orçamento Geral da União, deduzido dos eventuais cancelamentos orçamentários autorizados por Decreto. A receita é reconhecida pro rata mês, em conformidade com o valor aprovado na LOA.

l. Benefícios pós-emprego

Conforme mencionado no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.246/91, a Associação das Pioneiras Sociais - APS mantém plano de suplementação de aposentadoria e pensão a seus empregados. O plano possui características de contribuição variável, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições, em caso de invalidez ou morte.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário externo, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação reconhecidos no resultado durante o período laborioso dos empregados.

Ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são incluídos ou excluídos, quando aplicável, na determinação do compromisso atuarial líquido e são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

m. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo IASB/CPC

No exercício corrente, a Entidade realizou uma avaliação prévia das novas normas emitidas pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. As principais normas são:

- Aplicável em ou a partir de 1º de janeiro de 2018:

CPC 47 - Reconhecimento de Receita (novo pronunciamento) - especifica como e quando será feito o reconhecimento das receitas provenientes de contratos com clientes assim como requer que a entidade forneça aos usuários das demonstrações contábeis informações mais informativas e relevantes. A Entidade avalia que a implementação do CPC 47 não terá impacto no processo de reconhecimento da receita, devido ao fato desta ser oriunda em suma de dotação orçamentária destinada pelo Orçamento Geral da União.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros - tem como objetivo substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração e estabelecer princípios para divulgação de ativos e passivos financeiros, bem como adicionar novo modelo de impairment e alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” para alguns instrumentos de dívida simples. A Entidade avalia que não terá impacto relevante no reconhecimento de perdas por imparidade e a classificação dos instrumentos somente poderá ser avaliada na época pois dependerá da característica dos instrumentos que a Entidade tiver em sua carteira.

- Aplicável em ou a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06 (R2) - Arrendamento Mercantil - tem como objetivo introduzir exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos. O pronunciamento fornece um modelo único de contabilização dos arrendamentos, requerendo que o arrendatário reconheça os ativos e passivos para todos os contratos de arrendamentos, a menos que o prazo do contrato seja inferior a 12 meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha baixo valor. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17. A Entidade estima que não terá impacto relevante na adoção desta norma, uma vez que não possui bens arrendados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	31/12/2017	31/12/2016
Caixa					
Caixa Geral				5	5
Conta Corrente				<u>2</u>	<u>19</u>
				<u>7</u>	<u>24</u>
Equivalentes de Caixa					
Fundo de Curto Prazo	96,10%	-	CDI	179.210	29
Operações Compromissadas	101,50%	5	CDI	78.731	-
Certificado de Depósito Bancário	102,20%	-	CDI	<u>29.510</u>	<u>105.277</u>
				<u>287.451</u>	<u>105.306</u>
Total				<u><u>287.458</u></u>	<u><u>105.330</u></u>

Os recursos estão aplicados em instrumentos financeiros com compromisso de liquidez diária nas instituições financeiras Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, com o objetivo de manter o seu poder de compra até a sua utilização, na consecução das atividades operacionais da Entidade.

Todas as aplicações financeiras temporárias estão classificadas na categoria empréstimos e recebíveis e os valores contábeis são relevantemente próximos aos de mercado.

5 Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras	Taxa média a.a.	Vencimento (em anos)	Index	31/12/2017	31/12/2016
Operações Compromissadas	102,00%	1	CDI	260.653	309.487
Certificado de Depósito Bancário	101,50 % a 102,50%	-	CDI	<u>114.480</u>	<u>171.507</u>
Total				<u><u>375.133</u></u>	<u><u>480.994</u></u>

Os recursos estão aplicados, substancialmente, em operações compromissadas, com liquidez diária e rentabilidade de 101,50% a 102,50% do CDI, em instituições financeiras públicas federais, com o objetivo de manter o seu poder de compra até a sua utilização, basicamente para atender à liquidação de obrigações decorrentes de sentenças judiciais, obrigações do passivo circulante, renovação dos equipamentos médico-hospitalares, bem como reformas e atualizações estruturais das edificações das Unidades Hospitalares e para a manutenção de funcionamento da Rede de Hospitais, considerando uma margem de segurança para possíveis atrasos nos repasses dos duodécimos.

6 Créditos orçamentários a receber

Em 31 de dezembro, estão representados por recursos provenientes do Orçamento Geral da União do exercício de 2017 empenhados e não repassados no valor de R\$ 57.831, de recursos empenhados referente ao exercício de 2016 no valor de R\$ 259, e do saldo de R\$ 100 referente ao exercício de 2012, que se encontra integralmente provisionado.

7 Estoques

Estoques	31/12/2017	31/12/2016
Material de consumo	10.394	13.860
Produtos em elaboração	45	981
Outros	235	212
(-) Provisão para perda em estoque	-	(1.654)
Total	<u>10.674</u>	<u>13.399</u>

O estoque de material de consumo representa, relevantemente, os produtos hospitalares que são utilizados na prestação dos serviços médicos. A Administração efetua, periodicamente, o inventário físico dos estoques.

8 Ativo atuarial

Ativos atuariais de benefícios pós-emprego

	31/12/2017	31/12/2016
Plano Previdência SARAHPREV	<u>68.314</u>	<u>65.336</u>

Na avaliação atuarial, detalhada na Nota Explicativa nº 17 - Benefícios pós-emprego, foi apurado o montante de R\$ 68.314 de Ativo de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2017, em virtude da reversão do Fundo Previdencial do plano para cobertura das contribuições futuras dos benefícios de risco conforme aprovado, em 3 de dezembro de 2014, no plano de custeio do plano pela SARAHPREV, sendo efetivamente revertido à APS (patrocinadora), a título de redução das contribuições futuras de risco. O referido limite foi apurado considerando o valor presente das contribuições de risco de 1,44% sobre a Folha de Salário Futura dos atuais Empregados da APS vinculados ao Plano SARAHPREV.

Em atendimento ao Pronunciamento CPC 33_R1, amparado no item 57 e na alínea c do item 65 da CPC 33_R1, a patrocinadora reconheceu o montante de R\$ 2.978 decorrente da atualização da provisão e da receita reconhecida no exercício, totalizando o montante de R\$ 68.314 como ativo atuarial em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 65.336 em 31 de dezembro de 2016).

As movimentações do ativo atuarial para os exercícios de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>
Adições	2.978	5.034
Saldo final	<u>68.314</u>	<u>65.336</u>

9 Depósitos Judiciais

			31/12/2017	31/12/2016
<i>Descrição</i>	Depósito judicial	Provisão	Líquido	Líquido
Comerciais				
<i>COPASA (a)</i>	1.530	(759)	771	721
	1.530	(759)	771	721
Fiscais				
<i>ICMS s/ Importações (b)</i>	15.525	-	15.525	12.883
<i>IPI s/ Importações (c)</i>	489	-	489	445
	16.014	-	16.014	13.328
Total	17.544	(759)	16.785	14.049

Representam ativos restritos da entidade que estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios, bem como as respectivas provisões e os valores líquidos. Os depósitos judiciais decorrentes das contingências acima descritas são atualizados pela variação mensal da Taxa Referencial (TR), acrescidos de juros de 6% ao ano.

- (a) O crédito refere-se à parte de depósito judicial efetuado pela Entidade a favor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), cuja decisão transitada em julgado foi favorável parcialmente à APS, restando o levantamento de quantias depositadas em juízo.
- (b) A Entidade pleiteia perante o Governo do Distrito Federal o reconhecimento judicial de sua imunidade do ICMS nas importações que realiza. Estão sendo depositados em juízo, desde 2005, os valores de ICMS relativos às importações realizadas sem a isenção. Não foi constituída a provisão em face de ser remota a possibilidade de perda.
- (c) IPI incidente sobre importações de produtos médico-hospitalares sem similar nacional, em discussão com a Receita Federal do Brasil, e a perícia desenvolvida no processo foi inteiramente favorável à Associação.

As movimentações dos depósitos judiciais e das despesas antecipadas apresentadas no Ativo Realizável a Longo Prazo nos exercícios de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo anterior	14.236	11.737
Adições	1.773	1.616
Baixas	(173)	(196)
Atualizações	1.049	1.054
Constituições/reversões	4	25
Saldo final	16.889	14.236

10 Imobilizado e intangível

a. Movimentação do Ativo Imobilizado em 2017

Imobilizado depreciable	Saldo 31/12/2016	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 31/12/2017
Edificações	555.122	-	-	2.055	557.177
Máquinas e equipamentos	233.258	10.301	(3.755)	808	240.612
Equipamentos de informática	43.142	3.496	(8.563)	(49)	38.026
Instalações	35.645	2.344	(397)	421	38.013
Móveis, utensílios e instrumentos	34.045	1.201	(874)	(49)	34.323
Veículos	6.101	-	(1.429)	-	4.672
Embarcações	714	11	(269)	-	456
Total do custo	908.027	17.353	(15.287)	3.186	913.279
(-) Edificações	(189.109)	(7.494)	-	-	(196.603)
(-) Máquinas e equipamentos	(150.970)	(15.835)	3.580	(2)	(163.227)
(-) Equipamentos de informática	(29.680)	(3.945)	8.492	2	(25.131)
(-) Instalações	(23.666)	(2.334)	346	(1)	(25.655)
(-) Móveis, utensílios e instrumentos	(22.287)	(2.223)	822	1	(23.687)
(-) Veículos	(5.300)	(419)	1.429	-	(4.290)
(-) Embarcações	(630)	(19)	269	-	(380)
Total da depreciação acumulada	(421.642)	(32.269)	14.938	-	(438.973)
Total do imobilizado depreciable	486.385	(14.916)	(349)	3.186	474.306
Imobilizado não depreciable					
Edificações em andamento	4.293	5.426	(69)	(2.449)	7.201
Terrenos	1.066	-	-	-	1.066
Outros	1.634	555	(1)	(738)	1.450
Total do imobilizado não depreciable	6.993	5.981	(70)	(3.187)	9.717
Total do imobilizado	493.378	(8.935)	(419)	(1)	484.023

b. Movimentação do Ativo Intangível em 2017

Intangível	Saldo 31/12/2016	Adições	Alienações/ baixas	Transferências	Saldo 31/12/2017
Marcas, direitos e patentes	20	-	-	-	20
Softwares	10.772	767	(180)	-	11.359
Total do custo	10.792	767	(180)	-	11.379
(-) Marcas, direitos e patentes	(11)	(1)	-	-	(12)
(-) Softwares	(8.497)	(829)	179	-	(9.147)
Total da amortização acumulada	(8.508)	(830)	179	-	(9.159)
Total do intangível	2.284	(63)	(1)	-	2.220

(i) **Adições**

As adições, em 2017, no valor total de R\$ 24.101 compõem-se de R\$ 5.426 relativos aos gastos incorridos com obras nas Unidades Hospitalares e R\$ 18.675 destinados, significativamente, à atualização tecnológica e à reposição de instalações, equipamentos, instrumentos, softwares e sistemas médico-hospitalares.

11 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Provisão de férias	69.436	65.431
Encargos s/ provisão de férias	5.544	5.881
Horas extras a compensar/pagar	2.180	6.376
Total	77.160	77.688

12 Obrigações tributárias

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda Retido na Fonte	17.333	16.057
INSS Retido	2.060	2.140
FGTS	6.119	5.819
Outros	130	1.055
Total	25.642	25.071

13 Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

A Entidade é parte passiva em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e fiscais, cujos valores apresentados estão deduzidos dos depósitos judiciais vinculados. A Administração, com as informações de seus assessores jurídicos, efetua periodicamente a avaliação da probabilidade de perda dos processos. As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são constituídas com base nas estimativas de desembolsos dos processos judiciais com probabilidade provável, independentemente de terem sido julgados.

a. Classificação dos processos

A Administração da Entidade e com seus assessores jurídicos classificam, em conjunto, os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Valores em		Provisão	
	31 de dezembro de 2017		registrada	
	Possível	Provável	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	19.472	24.885	24.885	22.939
Cíveis	15.594	-	-	73
Subtotal	35.066	24.885	24.885	23.012
Depósitos judiciais - Vinculados às provisões (Nota 13.b)	-	-	(7.681)	(7.231)
Total das provisões líquidas	-	-	17.204	15.781
Circulante (i)	-	-	2.719	2.837
Não circulante	-	-	14.485	12.944

(i) Representam os valores dos processos judiciais que estão em fase de execução, pois há grande probabilidade de serem pagos no exercício seguinte.

b. Passivos contingentes - Prováveis

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis pelos assessores jurídicos, a Entidade constituiu provisão com a seguinte movimentação no exercício de 2017:

	31/12/2016	Adições	Atualizações	Const/Reversão	31/12/2017
Provisões					
Trabalhistas	22.939	-	2.715	(769)	24.885
Cíveis	73	-	-	(73)	-
Depósitos jud. vinculados	(7.231)	(3.141)	(297)	2.988	(7.681)
Total	15.781	(3.141)	2.418	2.146	17.204

As adições de provisões no quadro acima possuem as seguintes contrapartidas no resultado:

Trabalhistas - Despesas lançadas na rubrica “Despesas de Pessoal”, inclusive a reversão.

Trabalhistas

Trata-se de ações judiciais cujas discussões envolvem reclamações de adicionais de periculosidade, insalubridade e de transferência; equiparação salarial; gratificações; horas extras; vínculo empregatício; e outros litígios. O valor da provisão em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 24.885 com depósitos judiciais vinculados de R\$ 7.681.

14 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por doações no valor de R\$ 0 (R\$ 719 em 31 de dezembro de 2016), por outros resultados abrangentes no valor de R\$ 57.751 (R\$ 55.757 em 31 de dezembro de 2016) e pelo superávit acumulado no valor de R\$ 1.126.454 (R\$ 1.027.248 em 31 de dezembro de 2016).

Outros resultados abrangentes referem-se aos ganhos e às perdas atuariais acumulados até a data das demonstrações contábeis dos benefícios de risco, conforme Nota Explicativa nº 17.

15 Desdobramento de itens relevantes da demonstração do resultado

a. Receita operacional

	2017	2016
Dotação inicial	1.054.225	1.002.876
Reversão de valores não empenhados	(26.143)	(6.586)
Crédito de valor remanescente	-	15.125
	1.028.082	1.011.415

b. Despesas de pessoal

	2017	2016
Remuneração	656.667	624.844
Benefícios	62.759	62.911
Encargos	57.644	56.990
Outros	32.044	31.682
	809.114	776.427

c. Despesas com materiais

	2017	2016
Materiais hospitalares	70.249	63.751
Materiais para manutenção/conservação	23.126	17.946
Outros materiais	5.714	5.550
	99.089	87.247

d. Despesas com serviços

	2017	2016
Tarifas públicas	22.836	23.597
Serviços especializados	6.821	6.012
Serviços de manutenção/conservação	23.596	22.487
Outros	3.486	3.059
	56.739	55.155

e. Resultado financeiro

	2017	2016
Rendimentos de aplicações financeiras	65.062	76.436
Variações cambiais/monetárias	1.187	1.330
Juros/multas	(1.291)	(2.284)
Descontos obtidos	<u>5</u>	<u>3</u>
Total	<u>64.963</u>	<u>75.485</u>

16 Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos de incêndio era composta por R\$ 915.780 e a cobertura de veículos era de 100% da tabela FIPE mais R\$ 50 por veículo e por evento para danos materiais e corporais causados a terceiros (RCF-V) e R\$ 30 por passageiro e por evento (M/IP) para Acidentes Pessoais de Passageiros (APP).

17 Benefícios pós-emprego

a. Descrição das características do plano

Conforme previsto no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 8.246/91, a Associação das Pioneiras Sociais - APS mantém plano de suplementação de aposentadoria e pensão a seus empregados. A contribuição mensal da patrocinadora é limitada a 6% da folha de pagamentos, no mesmo percentual da contribuição do empregado participante, cujo mínimo é de 3% sobre o salário.

O plano de aposentadoria é na modalidade de contribuição variável, voltado aos seus participantes, empregados e respectivos dependentes, por meio de concessão e manutenção dos seguintes benefícios:

- (a) suplementações de aposentadorias de seus participantes (benefício programado);
- (b) suplementações de auxílio-doença de seus participantes (benefício de risco);
- (c) suplementações de pensões deferidas a beneficiários de participantes falecidos (benefício de risco).

As contribuições da patrocinadora e dos participantes em 2017 foram, respectivamente, de R\$ 32.800 (R\$ 25.800 em 2016) e de R\$ 29.165 (R\$ 29.125 em 2016). Foi deliberada a concessão de contribuição adicional temporária de 2% nos saldos de conta dos participantes, acompanhando a contribuição individual de até 8% sobre o salário de participação. Essa deliberação ocorreu de acordo com estudo realizado com objetivo de elevar o saldo de conta dos participantes por meio de contribuição esporádica. Para custear essa contribuição serão utilizados os recursos do Fundo de Saldo Coletivo, até a sua exaustão. Tal fundo tem como origem os recursos de Tempo de Serviço Passado de participantes que não aderiram ao plano de benefícios.

Tanto a APS quanto os participantes são responsáveis pelo custeio das despesas administrativas e de manutenção do plano, conforme fixado por ocasião de Avaliação Atuarial, cujo plano de custeio é aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, com anuência da patrocinadora.

A Avaliação Atuarial do Benefício Pós-Emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano de Benefícios SARHPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1), considerando os dados e as informações disponibilizadas, bem como as hipóteses e os parâmetros atuariais definidos pela patrocinadora, consubstanciados nos estudos de Duration do Passivo, previamente dimensionado pela empresa Mercer GAMA Consultores Associados, bem como na análise técnica atuarial das demais hipóteses aplicáveis. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e o custo do serviço passado foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

O Plano de Benefícios SARHPREV, no que se refere aos montantes de obrigações e ativos justos, referentes à patrocinadora, estava assim configurado em 31 de dezembro de 2017:

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(137.489)	(1.064.380)	(1.201.869)
Ativos justos	309.442	1.064.380	1.373.822
(Déficit)/superávit	171.953	-	171.953

O total de contribuições normais reconhecidas como despesas no exercício de 2017, pela patrocinadora, montava a R\$ 32.800 da parte CD (R\$ 25.800 em 2016).

b. Resumo de outras informações

O total dos benefícios no mês corresponde a R\$ 1.191 (R\$ 1.050 em 2016).

O total dos benefícios continuados anual corresponde a R\$ 15.477 (R\$ 13.652 em 2016).

c. Hipóteses e parâmetros atuariais adotados

(i) Considerações gerais sobre as premissas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

	31/12/2017	31/12/2016
Base de dados cadastrais foram coletados em	Outubro de 2017	Outubro de 2016
Natureza dos benefícios	Previdenciária	Previdenciária
Responsabilidade pelo financiamento do plano	Patrocinadora, participantes e assistidos	Patrocinadora, participantes e assistidos

(ii) Financeiras

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros de desconto atuarial anual	9,69 % a.a.	10,96 % a.a.
Projeção de aumentos reais salariais médios anual	0,64 % a.a.	0,64 % a.a.
Projeção de aumentos reais dos benefícios média anual	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de inflação média anual	4,02% a.a.	4,97% a.a.
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,69 % a.a.	10,96 % a.a.

(iii) Demográficas

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de rotatividade	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT 2000 M & F Basic	AT 2000 M & F Basic
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT 2000 M & F Basic	AT 2000 M & F Basic
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	RP 2000 Disable	RP 2000 Disable
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Tábua de morbidez	N/A	N/A
Idade de aposentadoria	Primeira Elegibilidade	Primeira Elegibilidade

(iv) Principais hipóteses e parâmetros

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa de juros de desconto	9,69% a.a.	10,96% a.a.
Crescimento salarial	0,64% a.a.	0,64% a.a.
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos e aposentados	AT 2000 Basic	AT 2000 Basic

d. Valores reconhecidos no resultado do exercício e em outros resultados abrangentes

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de serviço		
Custo de serviço corrente líquido	(6.177)	(4.453)
Custo de juros líquido	7.160	8.647
Custo de juros sobre a obrigação atuarial	(13.860)	(13.861)
Receita de juros sobre o ativo justo	29.561	30.517
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(8.541)	(8.009)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	983	4.194
Remensurações do plano de benefício definido (responsabilidade da patrocinadora)		
Os ganhos/(perdas) sobre o ativo	17.318	36.133
Os ganhos/(perdas) sobre o passivo	1.834	(21.218)
Os ganhos/(perdas) atuariais decorrentes de ajuste de experiência	6.706	2.331
Os ganhos/(perdas) resultantes de alterações de pressupostos financeiros	(4.872)	(23.549)
Efeito do teto do ativo/contribuições dos participantes	(17.157)	(14.075)
Total dos componentes registrado em outros resultados abrangentes	1.995	840
Total dos componentes de custo do plano de benefício definido	2.978	5.034

O custo do serviço e as despesas com juros líquidos do período estão incluídos na despesa com provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego no resultado do período consolidado. O recálculo do passivo líquido de benefício definido está incluído na demonstração do resultado abrangente como parte de outros resultados abrangentes.

e. Status do fundo e (passivo)/ativo reconhecido

<i>Status do plano de benefícios</i>	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação atuarial	(137.489)	(128.872)
Valor presente da obrigação atuarial líquida	<u>(137.489)</u>	<u>(128.872)</u>
Valor justo dos ativos do plano no final do período	309.442	272.148
Status do plano de benefícios: (déficit)/superávit	171.953	143.276
Efeito do teto do ativo	<u>(103.639)</u>	<u>(77.940)</u>
Responsabilidade ativo/(passivo) líquido decorrente da obrigação do plano	<u>68.314</u>	<u>65.336</u>
Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço		
	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	<u>65.336</u>	<u>60.302</u>
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	983	4.194
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes	<u>1.995</u>	<u>840</u>
(Passivo)/ativo reconhecido no fim do período**	<u>68.314</u>	<u>65.336</u>

(**) O valor do ativo a ser reconhecido representa o valor presente das contribuições de risco, 1,44% da Folha de Salários Futura, que será de responsabilidade do Fundo Previdencial.

Apuração do efeito do teto do limite de ativo

Valor presente dos benefícios econômicos (Teto)*	<u>68.314</u>	<u>65.336</u>
Efeito da restrição sobre o ativo [Superávit - Teto]	<u>103.639</u>	<u>77.940</u>

(*) O cálculo do benefício econômico disponível de que trata o item 65 do CPC 33 R1, de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos e a taxa de juros de desconto conforme o item 83 do referido CPC.

f. Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício*	<u>(128.872)</u>	<u>(98.462)</u>
Custo do serviço corrente	(6.176)	(4.453)
Custo de juros	(13.860)	(13.861)
Remensurações de ganhos/(perdas) atuariais	1.834	(21.218)
Decorrentes de ajuste de experiência	6.706	2.331
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(4.872)	(23.549)
Benefícios pagos pelo plano	<u>9.585</u>	<u>9.122</u>
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	<u>(137.489)</u>	<u>(128.872)</u>

(*) Referente aos participantes e aos assistidos vinculados à patrocinadora do plano.

g. Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos

	31/12/2017	31/12/2016
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	<u>272.148</u>	<u>214.619</u>
Receita de juros	29.561	30.518
Ganhos/(perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	17.318	36.133
Benefícios pagos pelo plano	<u>(9.585)</u>	<u>(9.122)</u>
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	<u>309.442</u>	<u>272.148</u>

18 Partes relacionadas

Foram classificados como partes relacionadas os administradores da Associação e o Fundo de Pensão dos Empregados da Associação das Pioneiras Sociais. Neste contexto, as transações com partes relacionadas — Administradores — estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios.

19 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Entidade possui exposição aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e a Administração adota política conservadora no processo de gerenciamento desses riscos. Os comentários dos riscos aos quais a Entidade está exposta são apresentados conforme a seguir:

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 4 e 5, bem como aos créditos orçamentários a receber, descritos na Nota Explicativa nº 6. O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação a: i) aplicações financeiras, os recursos estão todos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal; e ii) créditos orçamentários a receber, trata-se de recursos derivados do Orçamento da União, previstos e executados anualmente por força de lei. Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desse ativo.

b. Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentadas na Nota Explicativa nº 4 e 5. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do CDI, com insignificante margem de alteração.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez está vinculado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. O acompanhamento e a gestão do fluxo de caixa pela área Financeira, que é projetado anualmente, permitem ações preventivas para a análise desta modalidade de risco na Entidade. Além disso, conforme demonstrado na

Nota Explicativa nº 4 , o risco é minimizado pela prática de manutenção de saldo de disponibilidade compatível com a exigência do fluxo operacional da Entidade, evidenciando que a liquidez geral e corrente são positivas, e os recursos financeiros estão prontamente disponíveis e são provenientes da União, sendo a Entidade totalmente dependente dos repasses dos duodécimos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 - Contexto Operacional.

20 Classificação por categoria de Instrumento Financeiro

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Entidade usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Mensuração	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Equivalentes de Caixa		287.458	105.330
Empréstimos e Recebíveis			
Créditos Orçamentários a receber	Custo Amortizado	58.090	27.161
Mensurados pelo Valor Justo por meio do Resultado			
Aplicações Financeiras vinculadas	Valor Justo	375.133	480.994
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	Mensuração	31/12/2017	31/12/2016
Mensurados pelo Custo Amortizado			
Fornecedores	Custo Amortizado	8.722	8.045

20.1 Técnicas de avaliação e informações usadas

- (a) Caixa e Equivalentes de Caixa: mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- (b) Aplicações financeiras vinculadas: usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.
- (c) Crédito Orçamentário a Receber: são registrados conforme dotação orçamentária, similar ao valor justo provável de realização.
- (d) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, sendo seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

20.2 Estimativa de Valor Justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante)	Nível II	Nível II
Mensurado - Valor Justo por meio do Resultado	<u>375.133</u>	<u>480.994</u>
Aplicações Financeiras vinculadas	<u>375.133</u>	<u>480.994</u>

- Nível I - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível II - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos e passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível I, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e
- Nível III - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa de valor justo torna-se altamente subjetiva.

* * *

Lúcia Willadino Braga
Presidente

Flávio Márcio Berçott
Diretor-tesoureiro

Robson Baptista De Moura
Contador
CRC: MG 053.992/O-4T-DF